

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Secretaria de Estado de Cultura - RJ



denominação
Fazenda Bocaina

código
AIII - FO3 - Val

localização
Estrada da Bocaina, distrito-sede, bairro de São Francisco

município
Valença

época de construção
séc. XIX

detalhamento do estado de conservação
no corpo da ficha

uso atual / original
residencial / fazenda de café

proteção existente / proposta
nenhuma / tombamento

proprietário
particular



situação e ambiência

Ao longo de toda a estrada de acesso à propriedade contempla-se uma visão panorâmica da casa-sede, implantada numa área atualmente descampada e gramada, que tem como pano de fundo morros do tipo meia laranja, ladeados por uma densa mata à esquerda (f.01e 08). Ela domina a ambiência local, malgrado suas minguadas proporções.



01



02



04

coordenador / data
equipe
histórico / revisão

Branca R.Figueira e Annibal Affonso M. da Silva - nov 2007
Mauro Reis e Rita de Fátima
Adriano Novaes / Fernando Pozzobon

revisão / data
Alberto Taveira - fev 2008

A estrada leva a um pontilhão de pedra que cruza um riacho que serpenteia à frente da propriedade (f.04). Ladeando a pequena ponte, há um bloco remanescente da unidade de produção original, que lembra uma antiga tulha (f.14).

Árvores de médio e grande porte sublinham o conjunto construído, destacando-se alguns eucaliptos, próximos ao riacho e um pequeno pomar, em frente à piscina.

Aos fundos da casa-sede ficam as novas construções, feitas pelo atual proprietário. A piscina, mais à esquerda (f.05) e, aos fundos, a garagem.



05



06



07



08

A casa-sede desenvolve-se em dois blocos retangulares apostos e contíguos, estando o principal, de maiores dimensões, ladeado, à direita, pelo secundário, destinado a serviços e varanda.

O bloco principal apresenta um pavimento assentado sobre porão baixo, caracterizando-se pela excêntrica locação dos vãos. Sua conformação construtiva conta com estrutura em gaiola de madeira (pilares, frechais, madres e barrotes), piso em madeira com junta cega, paredes de pau-a-pique, forro de madeira com estuque e cobertura em telhas de barro capa e canal com quatro águas.

A porta de entrada localiza-se fora do eixo de simetria da composição e mantém, ladeando-a, quatro janelas à direita e três à esquerda. O acesso à casa-sede é feito por uma escada lateral de lance único à esquerda, aposta ao corpo da edificação, com a cobertura do patamar feita por telheiro em uma água, servindo de alpendre. Este alpendre é sustentado por pilares de madeira, robustos na base, com guarda corpo guarnecido em régua de madeira trançadas em “X” (f.16 e 25).

Em que pese a assimetria desse arranjo formal, os vãos, abstraindo-se o de acesso, conferem ritmo regular à fachada frontal, apresentando vergas retas e cercaduras em madeira pintadas em azul, sem sobrevergas. Portas e janelas apresentam folhas cegas duplas com calha central na mesma cor azul. As janelas recebem guilhotinas em caixilhos de vidro na cor branca (f.19 e 20).

Neste bloco primitivo, o beiral é em madeira lisa, à guisa de cimalha, adornado por friso que percorre a base e o centro, e mantém inclinação próxima dos 45°, sendo pintado na cor branca (f.17 e 18). A cimalha apresenta, marcando o eixo da fachada frontal, um ornato de madeira (f.23).

O prédio mantém um pé-direito baixo, média de 3,00m, no bloco primitivo e 2,60m no bloco mais novo.

No bloco primitivo manteve-se a compartimentação original, bem como suas características arquitetônicas e construtivas. As esquadrias da fachada de fundos, embora semelhantes às demais, possuem dimensões menores (f.19 e 21).

O bloco contíguo (cozinha, banheiros e varanda) não possui porão e parece ser obra bem posterior, testemunha o seu sistema construtivo, com base sobre piso cimentado, alvenaria de tijolo e cobertura vã. A solução em ripamento contínuo, adotada em sua cobertura (f.12 e 13), determina um beiral encaibrado, na madeira natural, acompanhando a inclinação do telhado. Seus vãos possuem esquadrias que remetem às da parte primitiva da casa, porém com dimensões menores.

A antiga tulha é uma construção em pau-a-pique, com pé direito acima de 4,00m e gaiola estrutural em madeira (pilares, madres e frechais). Mostra evidências de ter sido seccionada (f.15).

Não foram localizados remanescentes de construções do século XIX, apenas um poço artesiano. O proprietário informou que, à época da compra da fazenda (início da década de 1990), existiam no local da atual piscina alguns blocos de pedra.

Questiona-se se a parte dos fundos do bloco primitivo (onde estão a selaria, sala de jantar e copa) é original, uma vez que a cobertura apresenta, neste trecho, um evidente prolongamento. A cumeeira não fica centralizada e a tacaniça não se apóia na parede da fachada, formando um prolongamento da cobertura, com o galbo estando bem afastado do ponto correto (f.21 e 22).



16



17



18



19



20



21



22



23



24



25



26

A pintura, no bloco original, é feita em caiação na cor branca e, no bloco da cozinha e banheiros, por tinta PVA, também na cor branca.

As Instalações elétricas e hidráulicas no bloco primitivo são embutidas na alvenaria e, no bloco da cozinha e banheiros, aparentes (f.09, 10, 11 e 24).

Não há calçada em todo o perímetro da casa.

A vedação de paredes no bloco da cozinha e banheiro é feita em tijolo de barro, mantendo o prédio pintura recente, não sendo possível perceber a existência de patologias.

A cobertura apresenta boas condições. Porém, as telhas apresentam marcas de pátina do tempo (f.23). Observamos que o telhado recebeu reforço em chapa de madeira na linha da tesoura (f.13) e, devido à manutenção pela qual passou há pouco tempo, não foram percebidas quaisquer tipos de patologia. Não foi possível acessar a estrutura / trama, mas não foi notada a presença de cupins ou a ocorrência de goteiras.

A estrutura de madeira apresenta-se em boas condições gerais, não tendo sido notada, também, nenhuma patologia.

No bloco contíguo, uma interessante solução para as instalações elétricas e hidráulicas foi utilizada (f.09, 10, 11 e 24).



09



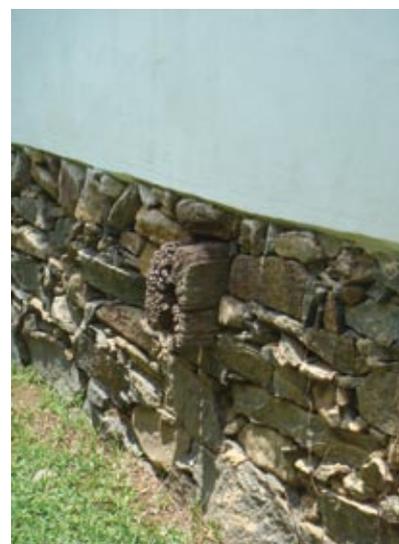
10



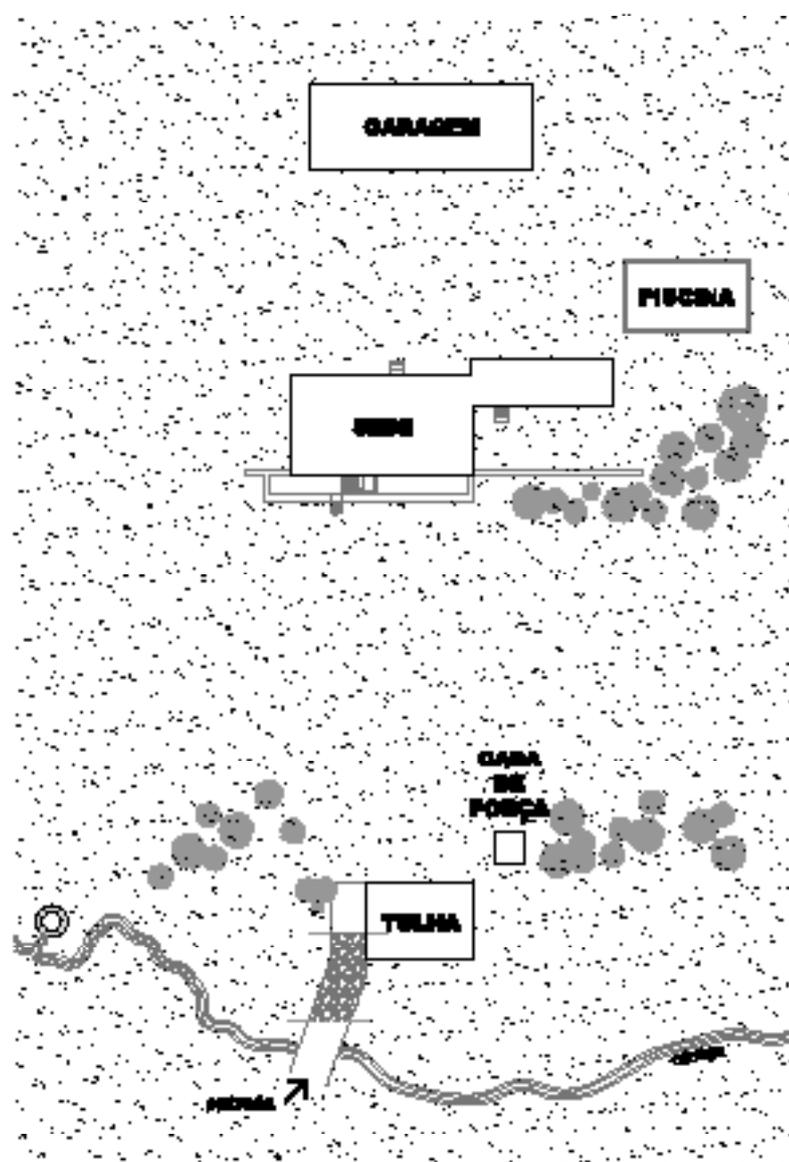
11



12

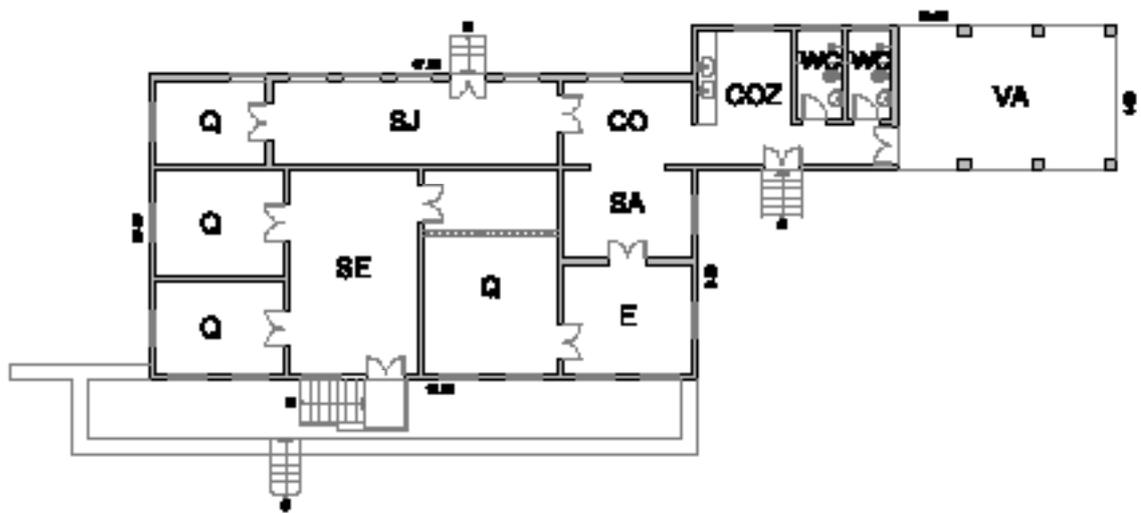


15

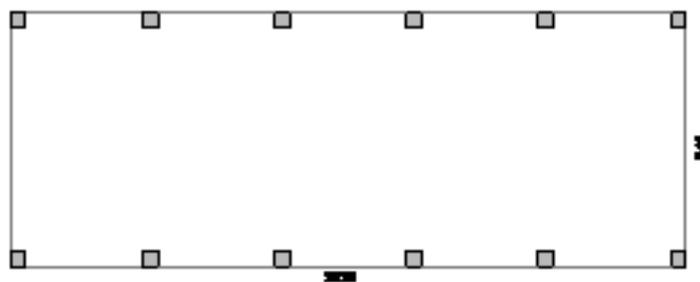


FAZENDA DA BOCAINA
 Planície da Ilha Longa escala: 1/1000





3 Planta Básica da Bocaina escala: 1/200



2 Planta Básica da Graças escala: 1/200



1 FAZENDA DA BOCAINA
Planta Básica da Tullia escala: 1/200



□ - circulação	COZ - cozinha	GA - garagem	SA - sala de estar	SJ - sala de jantar	WC - banheiro	— — — — —	alvenaria estrutural
CO - copa	E - escritório	Q - quarto	SE - sala de estar	VA - varanda		alvenaria maciça

Inventário das Fazendas da Vale do Paraíba Fluminenses		III - FCS - Vale		2 / 2
autor:	coordenador:	realizador:	data:	
Arnivaldo Barros M. da Silva / Mauro Reis / Rita de Fátima Vale	José Romildo Reis Noves	Franciely Bourquet	nov 2007	

Em 1813, D. Bárbara Joaquina pediu concessão ao então príncipe regente, D. João VI, de uma sesmaria de uma légua em quadra¹ no “Sertão de Valença”, cuja concessão foi dada em 15 de julho de 1816, com a área de meia légua, correspondente a 225 alqueires geométricos mineiros².

Pouco ou quase nada se sabe sobre D. Bárbara Joaquina e como ela teria aberto a fazenda ou se já estava estabelecida como posseira.

Um dado interessante sobre esta sesmaria é a configuração da área em forma irregular³ (em forma de Z) o que nos dá a impressão de ser “sobra” de sesmarias, pois a regra era que os lotes fossem distribuídos em quadra, ou seja, por lados iguais⁴.

A área requerida por D. Bárbara era muito cobiçada nesta ocasião, pela proximidade com o rio Paraíba do Sul e com a Aldeia de Valença, que havia sido fundada em 1803. Nesta época, a maioria das propriedades dessa região produzia cereal e víveres que abasteciam o Rio de Janeiro e a Aldeia de Valença.

Em observação à lei, em junho de 1820, D. Bárbara procedeu à medição e à demarcação das terras, prova concreta de exploração das mesmas⁵. No período que compreende 1820 a 1840, não encontramos nenhuma informação sobre esta fazenda, se estava sendo explorada ou o tipo de produção.

No processo de demarcação consta que, em 10 de março de 1842, D. Bárbara passou a sesmaria ao cidadão Antônio da Silveira Dutra⁶.

Através de outros documentos, podemos perceber que Dutra já estava em posse das terras poucos anos antes das escrituras, o que era comum na época, devido à complicada burocracia da Coroa. Tanto que, em 1841, deu entrada ao processo de aviventação das terras⁷. É nesta mesma ocasião que aparece pela primeira vez o nome de Fazenda Boa Vista.

Neste mesmo processo de aviventação datado de agosto de 1841, aparece um segundo proprietário, um provável sócio de Dutra, Joaquim Pinheiro de Souza, que, através de mapa anexo ao processo, aparece estabelecido na parte noroeste da Sesmaria, parte que deu origem à fazenda Santo Antônio da Floresta e Fazenda da Cachoeira.

Este processo, que consistia na marcação das divisas, foi contestado judicialmente através de embargo de medição proferida pelo vizinho, José Luiz Velasco Nogueira da Gama, proprietário da Fazenda da Concórdia⁸.

Quanto ao local escolhido para ser construída a unidade de produção e sede da Fazenda Boa Vista, não há dúvida nenhuma que foi construída no local onde hoje se acha o bairro de São Francisco, que formava a base sul da sesmaria⁹ ou testada, como denominavam na época.

Com a suspensão da concessão de sesmarias, pela resolução de consulta de 17 de julho de 1822, e mantida pela provisão de 22 de outubro de 1823, até então a única forma legal de aquisição de terras pertencentes a Coroa, torna-se conflitante a disputa por terras devolutas na região, que nesta ocasião já era grande produtora de café. Para resolver em definitivo o problema da posse de terras, o Governo Imperial criou a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que passou a regulamentar a situação agrária no Império¹⁰. Esta mesma lei ordenava um censo de todas as propriedades existentes no Império. São os chamados “Registros Paroquiais de Terras”, que no município de Valença foram realizados entre 1856 a 1858. É através destes registros, que hoje se encontram em posse do Arquivo Público Estadual, que podemos constatar que, em 1856, a Sesmaria da Boa Vista estava dividida em três propriedades: a Fazenda Boa Vista, em posse de Antônio da Silveira Dutra, com uma área de meia sesmaria¹¹; a Fazenda Santo Antônio da Floresta, em posse de Silvano José da Cruz Nogueira, com uma área de ¼ de sesmaria¹² e; finalmente, a Fazenda da Cachoeira, de propriedade de Domiciano Ferreira Souto, com uma área de ¼ de sesmaria (provavelmente anexada posteriormente à da Santo Antônio da Floresta)¹³.

Através destes registros, podemos concluir que a atual Fazenda da Bocaina, até 1856, era parte da Fazenda da Boa Vista de Dutra e parte das terras de Ferreira Souto.

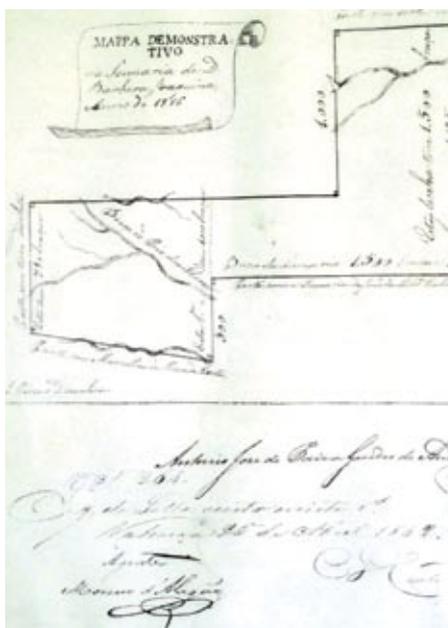
No mapa (já citado) existente na Fazenda Santo Antônio do Paiol, da Fazenda Boa Vista, datado de 1876, aparece a Fazenda Boa Vista dividida em oito propriedades, entre elas a propriedade de José Ferreira da Silva, que está assinalada como sede. Esta propriedade é a que provavelmente deu origem à parte da Fazenda da Bocaina.

O ano exato da fundação da Fazenda da Bocaina ainda não foi possível determinar, devido à escassez de documentos comprobatórios. Mas tudo leva a crer que aconteceu após o falecimento de Antônio da Silveira Dutra, ocorrido por volta de 1875, bem como o de sua esposa D. Maria da Penha, ocorrido anos antes. Em função da partilha dos bens do referido casal, foi Boa Vista dividida entre seus herdeiros, como podemos perceber no mapa supra citado, na qual sua área está toda dividida (inclusive, duas das oito aparecem em poder da família da Silveira Dutra). Provavelmente os outros herdeiros venderam suas partes a terceiros, como foi o caso da área onde foi construída a sede da Fazenda Boa Vista, que foi adquirida por Manoel Antônio Esteves, senhor de diversas fazendas na área como, por exemplo, as fazendas São Francisco, Santa Catarina, Ribeirão, Nazareth e Santo Antônio do Paiol.

Com a família Ferreira da Silva, a fazenda chegou até 1920, como consta no recenseamento realizado pelo Ministério da Agricultura¹⁴.

Notas:

1. Carta de Sesmaria / 24 fls. Valença 1813 / BÁRBARA JOAQUINA. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
2. MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Os Donos da Terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. Niterói, 1979. 187f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Centro de Estudos Gerais, UFF, 1979. p. 21.
3. Anexo 1-Mapa demonstrativo da Sesmaria da Boa Vista.
4. Anexo 2-Mapa demonstrativo da Sesmaria de Antonio da Roza Gomes.
5. Carta de Sesmaria / 46 fls. Valença 1819 / com mapa/ BÁRBARA JOAQUINA. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
6. Idem.
7. Ação de Medição – 1841. Antônio da Silveira Dutra e sua mulher e Joaquim Pinheiro de Souza. Processo nº 3692/ cx 360. Museu da Justiça, Rio de Janeiro.
8. Embargo de Medição da Sesmaria da Boa Vista – 1841. Joaquim Pinheiro de Souza e sua mulher e Antônio da Silveira Dutra e sua mulher – embargados. José Luís Nogueira Vellasco da Gama e sua mulher – embargantes Processo nº 3871/ cx 373. Museu da Justiça, Rio de Janeiro.
9. Mapa da Fazenda Boa Vista de 1876. Acervo da Fazenda Santo Antônio do Paiol, Valença - RJ.
10. MUNIZ, op. cit., p.33,41.
11. Registro Paroquial de Terras: Sesmaria da Boa Vista / Livro 88, p.47, registro 150 / 26-02-1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção RT.
12. Registro Paroquial de Terras: Sesmaria da Boa Vista / Livro 88 registro 152/ p.47v. 26-02- 1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção RT.
13. Registro Paroquial de Terras: Sesmaria da Boa Vista / Livro 88 registro 148/ p.46v e 47. 26-02-1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção RT.
14. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO – DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil – Relação dos Proprietários e dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1922. p. 422.



Mappa Demonstrativo da Sesmaria de D. Barbara Joaquina. Anno 1816. (acervo A. Novaes).